

Marcia Kaitume



PAUTA CPI se reúne com líderes partidários para negociar um acordo e votar vários requerimentos de audiências

CPI toma hoje o primeiro depoimento

Ex-chefe de departamento dos Correios deve ser ouvido às 18h. Delcídio Amaral diz que comissão dá os primeiros passos

Maurício Marinho, ex-chefe de departamento dos Correios, dá início hoje, às 18h, a uma série de depoimentos na comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso Nacional que investiga denúncias na em-

presa estatal. Nos próximos 15 dias, segundo o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral, devem ser ouvidas outras pessoas que estão diretamente relacionadas com as denúncias. A pauta pode ser definida hoje.

Páginas 4 a 6

Referendo sobre armas depende de acordo de lideranças

Só um acordo de lideranças que libere a pauta da Câmara – bloqueada por medidas provisórias – permite a votação do projeto de decreto legislativo.

Página 8

Brasileiros excluídos são 54 milhões, afirma Simon

Números do *Radar Social*, divulgado recentemente pelo Ipea, chocam o senador: quase 54 milhões de brasileiros sobrevivem com meio salário mínimo.

Página 7

Tião Viana pede força-tarefa para eliminar a hanseníase

O senador Tião Viana fez apelo ao Ministério da Saúde para que torne prioritário o combate à hanseníase, instalando força-tarefa para eliminá-la. Segundo o senador, todos os instrumentos necessários para acabar com a doença estão disponíveis, faltando apenas a decisão política e a ação dos gover-

nos municipais, estaduais e federal. "Precisamos nos livrar de uma enfermidade que só faz aumentar preconceitos e incômodos no dia-a-dia, sobretudo das famílias pobres", disse Viana. Ele teme que o Brasil não consiga cumprir a meta de erradicar a hanseníase este ano, como havia se comprometido com a OMS.

Página 7

Os números da hanseníase

12 milhões de pessoas com hanseníase já foram tratadas no Brasil e consideradas curadas.

165 municípios brasileiros são focos da doença, espalhando-a de forma descontrolada

Fonte: discurso do senador Tião Viana.



Gerardo Magela

O Supremo Tribunal Federal deve retomar amanhã o julgamento dos mandados de segurança impetrados por parlamentares com o objetivo de garantir o funcionamento da CPI dos Bingos no Senado.

Página 7



ACÇÃO Demostenes quer a retirada da movimentação bancária do governo de Goiás das mãos do Itaú

Demostenes: Itaú comprou o BEG e fechou agências

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) lamentou que o Banco Itaú tenha comprado o Banco do Estado de Goiás (BEG) e fechado 83 agências. Resultado: um terço dos municípios goianos agora não têm nem posto bancário. O Banco do Brasil (BB) se recusa a criar agências nesses municípios, argumentando que elas não teriam lucro.

– No modelo adotado pelo governo, o Banco do Brasil quer que os municípios pobres continuem pobres – desabafou.

Demostenes ponderou que o BB infringe até a Constituição, que manda o Estado “garantir o desenvolvimento nacional” e “reduzir as desigualdades sociais e regionais”. A obrigação do governo, afirmou, é orientar banco a se instalar nas regiões pobres.

Ele disse que esteve em cinco cidades de Goiás há poucos dias e em apenas um local havia agência bancária. Em Cristianópolis, destacou, um empresário norte-americano investe R\$ 6 milhões e não entende por que lá não existe banco.

O senador informou que pretende provocar o Ministério Público para o caso do Itaú, que fechou as agências do BEG, mas permanece com a movimentação bancária do governo de Goiás.

Agenda

Renan vai à instalação do Conselho do Ministério Público

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa, às 10h, de reunião administrativa. Às 12h30, tem audiência com o

presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), José Távora, que estará acompanhado de outros

deputados estaduais. Às 14h, Renan comparece à instalação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Recursos para o Haiti e vítimas do tsunami

A pauta do Plenário, que realiza sessão às 14h, está trancada pelo projeto (PLV 14/05) originado da Medida Provisória 241/05, que libera R\$ 299 milhões para repasse à Presidência da República, aos ministérios da Justiça e da Defesa e aos

Encargos Financeiros da União. A proposta vincula R\$ 90,6 milhões ao Ministério da Defesa, que vai aplicar R\$ 5 milhões para ajuda humanitária nos países da Ásia atingidos pelo tsunami e destinará o restante à missão de paz da ONU no Haiti.



Repactuação de dívidas de agricultores

O primeiro item da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne hoje às 10h, é a proposta que prevê a repactuação de dívidas

com operações de crédito rural (PLS 517/03). Além disso, a comissão analisa ofícios do Ministério da Fazenda sobre irregularidades em prefeituras.

CCJ sabatina indicado para procurador-geral

Indicado para substituir Cláudio Fonteles na Procuradoria Geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza será sabatinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ),

às 12h. Às 11h15, a Subcomissão das Agências Reguladoras vota requerimento para discutir a manipulação de remédios com membros da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Marinho é o primeiro a depor na CPI dos Correios

O primeiro depoimento da CPI dos Correios será tomado hoje, às 18h. Os parlamentares ouvem o ex-chefe do Departamento de Contratações dos Correios, Maurício Marinho (foto), flagrado em vídeo recebendo R\$ 3 mil

de supostos empresários. Às 14h30, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vota convite e requerimentos para discutir denúncias contra o presidente daquela CPI, Delcídio Amaral (PT-MS), de que tenha causado prejuízos à Petrobras.



Auditorias do TCU

Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) vota, entre outras iniciativas, mensagens presidenciais com o relatório de receitas e despesas do país. A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa, às 14h30, avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas pelo órgão.

Recursos para educação

Às 11h, a Comissão de Educação (CE) examina proposta que destina recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ao pagamento de anuidades de cursos superiores (PLS 60/05), além de projetos de decreto legislativo que tratam da concessão ou renovação de permissão para a exploração de serviços de rádio e de TV.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



BÚSSOLA Maciel: plataforma do partido para eleições de 2006 seguirá programa Simplifica Brasil

Maciel anuncia resultados de convenção do PFL

Ao comemorar os resultados do Congresso Nacional de Re-fundação do Partido da Frente Liberal (PFL), ocorrido na semana passada em Brasília, o senador Marco Maciel (PFL-PE) anunciou a aprovação de duas medidas: a refundação do partido e dos seus compromissos programáticos e a definição de uma plataforma democrática de mudanças.

Maciel citou como um dos pontos importantes da convenção a aprovação do programa Simplifica Brasil, que deverá nortear a plataforma do partido para as eleições de 2006. O programa tem como objetivo reduzir a burocracia e a carga tributária, além de estimular a capacidade empreendedora de micro e pequenos empresários. Essas medidas, acrescentou, são necessárias para melhorar a governabilidade e habilitar as instituições estatais a dar respostas adequadas às demandas da sociedade.

Atualização

O parlamentar considerou oportuno o congresso para a reformulação programática, uma vez que o partido já completa 20 anos de existência. Ele fez uma retrospectiva da trajetória do partido e sua participação em diversos momentos da vida política nacional.

– Muitas das teses do PFL, de 20 anos atrás, se materializaram, como a democracia, a inclusão social e a inserção do Brasil no contexto internacional. No entanto, outras demandas tornaram-se obsoletas, em virtude de fenômenos surgidos com as novas tecnologias – ressaltou Maciel, explicando, assim, o porquê do termo “refundação”.

Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) elogiou a iniciativa do PFL de rever os princípios da agremiação, dizendo que os demais partidos políticos deveriam seguir esse exemplo.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Comissão ouve presidente do TST sobre a adaptação do tribunal às novas regras

A comissão especial mista instalada após a promulgação da Emenda Constitucional 45/04 – que promoveu a reforma do Judiciário – para regulamentar as novas regras aprovadas inicia amanhã, a partir das 15h, a primeira de uma série de audiências públicas. Será ouvido o presidente do Tribunal Superior do Trabalho

(TST), ministro Vantuil Abdala, que falará sobre a agilização da Justiça do Trabalho e a adaptação do TST às novas normas definidas na reforma.

A Comissão da Reforma do Judiciário foi criada pelo Ato 79/04, do presidente do Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no artigo 7º da emenda constitucional.

Caberá ao colegiado elaborar os projetos de lei necessários à regulamentação da reforma do Judiciário, com o objetivo principal de tornar a Justiça mais eficiente, agilizando a tramitação dos processos.

A emenda 45/04 promoveu alterações e introduziu inovações no texto da Constituição, principalmente no âmbito do

Poder Judiciário e do Ministério Público. Entre as principais mudanças, estão o controle externo do Judiciário, a federalização dos crimes contra direitos humanos, o fortalecimento das defensorias públicas, a possibilidade de criação de varas especializadas para a solução de questões agrárias e a instituição da súmula vincu-

lante (mecanismo que obriga os juízes a seguirem o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal sobre temas que já tenham jurisprudência consolidada no STF).

Quem preside a Comissão da Reforma do Judiciário é o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP). O relator é o senador José Jorge (PFL-PE).

Deputados de Rondônia se explicam

A comissão especial externa que investiga denúncias de corrupção em Rondônia deverá ouvir, nesta quinta-feira, a partir das 11h30, mais quatro deputados estaduais e um ex-deputado acusados de envolvimento no episódio de suposta reivindicação de propina ao governador daquele estado, Ivo Cassol, em troca de apoio a projetos do Executivo. Deverão prestar depoimento à comissão os deputados Beto De Trento, Everton Leone, Neodi de Oliveira, Marcos Donadon e o ex-deputado Expedito Júnior. Também já foi marcado o depoimento do governador Ivo Cassol, no próximo dia 28.

Em maio último, o programa *Fantástico*, da Rede Globo, exibiu, em transmissão nacional, imagens de vários deputados estaduais de Rondônia que estariam reivindicando propinas de R\$ 50 mil mensais a Ivo Cassol para apoiar projetos de seu interesse na Assembleia Legislativa do estado.

Após as denúncias, o presidente da assembleia, Carlão de Oliveira (PFL), tomou a iniciativa de criar comissão para investigar o episódio.

A requerimento da senadora Fátima Cleide (PT-RO), foi criada a comissão especial externa no Senado destinada a investigar as denúncias de corrupção em Rondônia.

Emendas

Na semana passada, a comissão ouviu 14 deputados estaduais – alguns flagrados na filmagem e outros também acusados de ter participado do esquema de corrupção. Todos eles alegaram inocência, afirmando que a conversa não envolvia pedido de propina, mas dizia respeito à negociação para liberação de emendas ao orçamento do estado, em um total de R\$ 1 milhão. Todos disseram que as fitas de vídeo haviam sido editadas e montadas.

Comissão examina fim do "dízimo" a partidos

■ Projeto está na pauta da CCJ. Tribunal já proibiu desconto em folha da contribuição obrigatória

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar amanhã projeto de José Jorge (PFL-PE) que veda aos partidos políticos cobrar contribuição obrigatória dos filiados ocupantes de cargos de qualquer natureza na administração pública. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já decidiu, por 6 votos a 1, que é proibido o desconto em folha da contribuição, mas, para José Jorge, é importante que a proibição seja estabelecida também por lei.

O PLS 384/03 acrescenta ao artigo 31 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos parágrafo único para vedar a arrecadação. José Jorge afirma que a prática de cobrança de contribuição constitui verdadeiro abuso por parte do partido político que nomeia servidores não por critérios técnicos, mas, sim,



VOLUME José Jorge: segundo a imprensa, PT arrecada R\$ 30 milhões por ano com a cobrança

políticos.

– A postura adotada pelo PT, no que tange à nomeação de militantes, simpatizantes ou aliados para cargos comissionados do serviço público atinge proporções de escândalo, resultando numa arrecadação adicional, segundo cálculos da imprensa, de aproximadamente R\$ 30 milhões por ano – exemplificou José Jorge.

A proposta é terminativa na CCJ e, se aprovada, irá direto à Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para que seja analisada pelo Plenário.

Compra de voto

A CCJ deve votar, também na

reunião de amanhã, em turno suplementar, substitutivo de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ao PLS 76/03, do próprio senador, que proíbe a compra de votos, nas eleições, desde a escolha do candidato na convenção partidária e não mais a partir do registro da candidatura, como estabelece a legislação eleitoral vigente.

Com base no substitutivo aprovado na última reunião da CCJ, é considerada venda de voto o ato de doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública.

Está ainda na pauta a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 46/04, de Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que acrescenta mais uma hipótese de nacionalidade brasileira originária, além das demais já garantidas constitucionalmente: os filhos de pais ou mães brasileiros, nascidos no exterior, se registrados em repartição brasileira competente, serão considerados brasileiros enquanto forem menores de idade.

Polêmica sobre possível prejuízo à Petrobras

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deve votar hoje requerimento de Heráclito Fortes (PFL-PI) para a realização de audiência pública com a presença do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, e do diretor de Gás e Energia da estatal, Ildo Sauer. A audiência tem como finalidade solicitar esclarecimentos aos convidados sobre prejuízos causados à empresa, conforme notícia publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*,

na última sexta-feira.

Na justificativa do Requerimento 17/05, Heráclito informa que o líder do PT e presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, senador Delcídio Amaral (MS), comentou a matéria publicada – intitulada "Contratos feitos por Delcídio causaram prejuízos à Petrobras" – e justificou os procedimentos adotados por ele quando diretor da empresa. Delcídio negou os prejuízos referidos e



ESCLARECIMENTO Heráclito espera informações de dirigentes sobre matéria divulgada por jornal

atribuiu a matéria a uma "plantação de notícia" por parte de Ildo Sauer. Em Plenário, o líder chegou a pedir ao presidente Lula que demitisse Sauer.

Abertura comercial

A China tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio em 2001, depois de 15 anos de negociações.



A filiação, que obriga o país a abrir determinados setores a investimentos estrangeiros, pode ampliar as fronteiras do mercado mundial para produtos chineses.

Relações com a China geram audiência

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza audiência pública nesta quinta-feira para discutir as propostas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) referentes ao reconhecimento, pelo governo brasileiro, da China como economia de mercado. O presidente da entidade, Paulo Skaf, foi convidado a participar do debate, conforme requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando de Queiroz Monteiro Neto, o subsecretário do Ministério das Relações Exteriores, Clodoaldo Huguene, e o secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Ivan Ramalho, também foram convidados para o debate, conforme requerimentos apresentados pelos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Roberto Saturnino (PT-RJ).

Alvaro Dias argumenta que o reconhecimento da China como economia de mercado pelo governo do presidente Lula pode representar prejuízos às exportações brasileiras.

– Há consenso no setor empresarial brasileiro de que houve precipitação do governo Lula ao reconhecer a China como economia de mercado – observou Alvaro Dias.



Tião Viana manifesta solidariedade a José Dirceu e Ideli critica atuação da imprensa. Alvaro Dias e Mesquita Júnior cobram a responsabilidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Arthur Virgílio propõe que CPI convoque apenas "peixes graúdos"

Volta de Dirceu mostra determinação de investigar a verdade, afirma Tião Viana

Em discurso na sexta-feira, o senador Tião Viana (PT-AC) manifestou solidariedade ao deputado licenciado José Dirceu por sua saída do cargo de ministro da Casa Civil do governo Lula, anunciada na quinta-feira. Para Tião Viana, seu companheiro de partido volta à Câmara para defender o PT e o governo.

– O ministro José Dirceu é o mais preparado dos quadros do PT. Este momento significa nossa determinação de lutar em campo aberto, dentro do Palácio brasileiro – ressaltou.

Os partidos e o Congresso, na opinião do senador, são os principais atingidos pela crise política gerada pelas denúncias apresentadas pelo deputado

Roberto Jefferson (PTB-RJ). Tião Viana reafirmou a disposição de seu partido de buscar a verdade sobre todas as acusações.

– Estamos prontos para o debate, para uma ampla investigação e para que esse caso seja apurado até o fim – afirmou.

Em apartes, Tião Viana recebeu apoio de diversos senadores. Marcelo Crivella (PL-RJ)

disse que o autor das denúncias contra Dirceu é um “manipulador de cargos públicos para defesa de interesse próprio.”

Por sua vez, Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou Tião Viana por ter chamado a atenção do governo para agir em relação à crise. Para Delcídio Amaral, Dirceu “fará um trabalho político exemplar na Câmara”.



DECISÃO “Estamos prontos para o debate, para uma ampla investigação”, resalta Tião Viana

Virgílio: CPI dos Correios pode apurar “mensalão”

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM), afirmou ontem, em entrevista à imprensa, que o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) deporá na comissão parlamentar de inquérito que investiga denúncia de corrupção nos Correios “o quanto antes”. Para o senador, o depoimento do deputado permitirá não só o “recrudescimento” das investigações sobre corrupção nos Correios, mas também deixará claro que a CPI poderá tratar do escândalo do “mensalão” – ao contrário do que pretendem o governo e sua base aliada.

– Assim que Roberto Jefferson depuser, poderemos definir quem deverá ser chamado, os peixes graúdos que ele men-



PRIORIDADE Na opinião de Arthur Virgílio, CPI deve se concentrar no depoimento dos “peixes graúdos”

cionar. Não há mais importância em ouvir, por exemplo, Maurício Marinho (ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Materiais

dos Correios) e Antônio Osório (ex-diretor de Administração dos Correios). Temos de ouvir quem interessa – ressaltou.

Até a manhã de ontem, a CPI dos Correios já havia recebido 146 requerimentos para convocação de depoentes. Questionado se haveria uma estratégia da base aliada para dificultar os trabalhos da comissão por meio do excesso de requerimentos, Virgílio respondeu que, “se é uma manobra protetória, ela é inútil”. Mas o senador reconheceu que a própria oposição apresentou, “de boa-fé”, requerimentos.

– Creio que a oposição deve abrir mão de convocação de pequena monta, para não atrasar a CPI – frisou.

Ideli condena “atitude escandalosa” da imprensa

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) criticou ontem a cobertura dada pelos meios de comunicação, principalmente as revistas semanais, às denúncias de corrupção envolvendo empresas estatais e o pagamento de propinas mensais a parlamentares do PL e do PP. A senadora observou que a competição entre as revistas está provocando denúncias sem provas, o que classificou de “atitude escandalosa”.

– A imprensa atira para todos os lados, de forma que tudo fica em foco e nada é realmente focado – comentou Ideli.

As denúncias publicadas

pela revista *Veja* acusando a ex-prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), de manter em seu governo um esquema de pagamento de propinas para parlamentares de sua base foram feitas, de acordo com a senadora, sem provas e “em off”, isto é, sem identificação das fontes. Ideli também mencionou a entrevista de Karina Somaggio, ex-secretária do publicitário Marcos Valério, apontado como responsável pela entrega de dinheiro a deputados, publicada pela revista *Istoé Dinheiro*. Para a senadora por Santa Catarina, a revista publicou a entrevista, depois



ERRO Para Ideli Salvatti, competição entre veículos de comunicação tem provocado denúncias sem provas

parcialmente desmentida pela ex-secretária, por causa da concorrência com outros veículos da imprensa.

Ideli também leu artigos de Mino Carta e Renato Rovai, nos quais fala-se de perseguição ao PT, do apoio dado pela imprensa ao PSDB e da tentativa de desestabilizar o governo.

Lula e Dirceu são omissos, diz Mesquita Júnior

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) considerou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o demissionário ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu, “omissos” em relação à suposta compra de votos de parlamentares pelo governo. Ao se limitarem a negativas verbais sobre o episódio, ambos teriam tentado, supõe o senador, deixar o “mensalão” cair no esquecimento, em vez de se empenhar pela investigação das denúncias.

– O presidente Lula foi omissos diante da vergonhosa compra de apoio político. Com o respeito devido ao chefe do governo, excluí-lo dos acontecimentos é prestar desserviço ao país e ao esclarecimento dos fatos, com serenidade e isenção, como requer uma democracia consolidada – comentou.

Para Mesquita Júnior, quase todos os partidos fizeram um acordo verbal para manter o presidente Lula afastado das investigações. Em vez de poupá-lo politicamente, essa estratégia irá revelar, advertiu, um presidente enfraquecido.



ALERTA Mesquita Júnior critica a estratégia de manter o presidente afastado das investigações



DÚVIDA “Dizer que o presidente não sabia de nada é considerá-lo ingênuo em excesso”, diz Alvaro Dias

Alvaro: governo tenta limitar crise ao Congresso

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou para a existência de um plano arquitetado pelos integrantes do governo para manter a atual crise política apenas no âmbito do Congresso Nacional. Para o senador, está sendo construída uma blindagem para proteger não apenas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas também determinados integrantes do núcleo central do poder.

– Há, sobretudo, uma enorme preocupação em preservar a imagem do presidente Lula, mas não podemos conviver com esse cinismo oficial. Dizer que o presidente não sabia de nada é considerá-lo ingênuo em excesso ou imaginar que ele vive longe das atividades do governo e nem sequer toma conhecimento do que se fala no Congresso ou até mesmo na mídia – afirmou.

Alvaro Dias lembrou que desde 2003 vem alertando o governo, da tribuna do Senado, sobre a existência de um esquema, dentro do Palácio do Planalto, de utilização de barganhas e de medidas desonestas para obter sustentação política para o governo no Congresso.



Ex-funcionário dos Correios presta depoimento na CPI Mista dos Correios; Delcídio Amaral, presidente da comissão, e Osmar Serraglio, relator, reúnem-se com líderes partidários para tentar acordo sobre votação de requerimentos

Acusado de corrupção, Marinho depõe hoje na CPI

Ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Maurício Marinho deve depor na CPI dos Correios às 18h de hoje. Ele foi filmado recebendo propina de R\$ 3 mil e revelou a existência de um esquema de corrupção em licitações da instituição. A filmagem foi revelada pela revista *Veja*.

O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), começou a ter acesso aos documentos da Polícia Federal sobre

o assunto. Também são esperados documentos da Controladoria Geral da União, do Ministério Público e da própria ECT.

Serraglio afirmou que o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), acusado de comandar a corrupção na estatal, e o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (PT-SP), acusado de conivência com a corrupção, serão chamados a depor quando for necessário. Segundo ele, no momento as investigações serão centradas nos personagens mais diretamente relacionados aos Correios.

– *A priori*, não excluimos ninguém. Caso se faça necessário, nós os convocaremos. Também precisamos estar mais bem preparados, para que seja mais produtivo o questionamento.

Serraglio descartou a possibilidade de as investigações da CPI englobarem de imediato o chamado “mensalão”.

– Temos um objetivo, que é investigar os Correios. Não podemos nos antecipar. Quanto mais você alarga o universo da investigação, menos se aprofunda – argumentou Serraglio.

Delcídio e Serraglio decidem votação de requerimentos

Está prevista para a manhã de hoje uma reunião entre o senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CPI dos Correios, o deputado Osmar Serraglio, relator da comissão, e os líderes partidários do governo e da oposição para negociar acordo sobre a votação dos requerimentos que pedem a convocação de depoentes.

Durante o fim de semana, Delcídio e Serraglio fizeram uma triagem dos requerimentos. O senador explicou que vários deles eram repetidos ou similares.

Delcídio disse que, nesse primeiro momento da CPI, o de-

poimento de Maurício Marinho, ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração dos Correios, previsto para hoje, será de crucial importância.

– Serão os primeiros passos. Nos próximos 15 dias, pretendemos ouvir as pessoas dos Correios diretamente associadas às denúncias – informou, reafirmando a intenção de focar as investigações na estatal.

Acesso a documentos

Osmar Serraglio negou que, conforme denunciado pela oposição, o comando da CPI esteja dificultando o acesso aos documentos. Ele informou que



REDUNDÂNCIA Delcídio Amaral explica que vários requerimentos eram repetidos ou similares

estão sendo adotados determinados “critérios” para atender os requerimentos que foram apresentados, solicitando vistas desses documentos.

– Eles serão disponibilizados a partir do momento em que a comissão aprovar – explicou.

ACM elogia fala do relator da CPI dos Correios

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) elogiou as declarações do relator da CPI dos Correios, o deputado federal Osmar Serraglio, publicadas ontem pela imprensa. De acordo com os jornais, Serraglio prometeu rigor nas investigações e comparou o atual momento político com o processo de impedimento do ex-presidente Fernando Collor.

– Estou otimista porque a chapa branca da CPI dá sinal positivo em relação ao que vai acontecer lá. Mas nós não desejamos que Lula acabe como Collor. A oposição deseja comprovar tudo que for possível do governo e seus auxiliares, mas



POSTURA Para Antonio Carlos, declarações de Serraglio apontam para investigação séria e rápida

não queremos *impeachment* – afirmou.

Antonio Carlos congratulou Serraglio pela “coragem de dizer que as coisas são gravíssimas”.



PODER “O que quer José Dirceu? Mostrar que é ele quem manda na República?”, questiona César Borges

César Borges pede que Lula não sirva como refém

O senador César Borges (PFL-BA) aconselhou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Partido dos Trabalhadores e os movimentos sociais a não servirem como reféns do ministro demissionário da Casa Civil, José Dirceu. O senador disse que as declarações de Dirceu, no discurso de despedida do governo, soaram como chantagem dirigida ao governo e ao PT, como se

ele estivesse ameaçando “que não morreria sozinho”.

– O que quer o deputado José Dirceu? Mostrar que é ele quem manda na República? Tornar o presidente seu refém? No todo, suas conclamações soam arriscadas, irresponsáveis, próprias de quem quer o poder de qualquer maneira – ressaltou.

Para o senador, se Dirceu quisesse ajudar o governo, teria se afastado em silêncio, “para encontrar com os advogados uma saída para o imbróglio em que meteu o governo e a si próprio”.

César Borges também criticou Dirceu por ter declarado que a oposição é responsável por denunciar que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, pagaria propina mensal a deputados do PP e do PL em troca de apoio ao governo.

– Acusar o PFL e o PSDB de estarem por trás das acusações contra ele parece fruto de um espírito incapaz de reconhecer sua situação delicada perante o país. Se alguém articulou esse episódio, foi o próprio governo, ao se aliar com o PTB e Roberto Jefferson – destacou o senador.

Efraim destaca artigos publicados pela revista *Veja*

O senador Efraim Morais (PFL-PB) comentou ontem artigo publicado na revista *Veja* desta semana, intitulado “Lula em seu labirinto”, de autoria do jornalista André Petry. O parlamentar leu o artigo na íntegra e afirmou, da tribuna, que a matéria “retrata aquilo que pensa o povo brasileiro”.

Em seu texto, Petry defende a tese de que, ou o presidente da República tinha conhecimento do chamado “mensalão”, e por isso seria “conivente”, ou não sabia de nada e seria, assim, “inepto”. O jornalista também avalia que a imagem do presidente foi atingida pelo escândalo.

– É melancólico ver esse gigante da história brasileira oscilando entre a espantosa hipótese de ter sido conivente e a mediocridade de ser inepto. É melancólico – destacou Efraim, citando o artigo de Petry.

Efraim lembrou ainda outro artigo da revista semanal, “Eu



REPERCUSSÃO Efraim Morais afirma que textos retratam “aquilo que pensa o povo brasileiro”

sabia. Todo mundo sabia”, do colunista Diogo Mainardi. Mainardi afirma ironicamente em sua coluna que todos os brasileiros já sabiam “o que os petistas fazem por baixo do pano”, menos o presidente Lula.

Efraim acrescentou que, mesmo com a saída de José Dirceu da Casa Civil, a oposição vai continuar em busca da apuração de todas as denúncias.

– Espero que a CPI [dos Correios] seja feita apurando, não abafando. Espero que seja feita com transparência, que é como o povo brasileiro quer, e esta Casa vai fazer de acordo – garantiu Efraim.



Alberto Silva diz que país precisa de comando, mas ressalta apoio ao presidente da República. Já Mesquita Júnior critica o PT e afirma que partido deve desculpas à população. Suassuna e Mão Santa defendem maior autonomia do PMDB

Alberto Silva: Lula deve assumir comando do país

O senador Alberto Silva (PMDB-PI), em discurso ontem, conclamou o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a assumir o comando do país. Ele lembrou que Lula foi eleito com mais de 50 milhões de votos, frisando que os brasileiros “não podem descrever do presidente”. Na opinião do senador, o maior problema do país não é a corrupção, nem a reforma política, mas o desemprego e a falta de segurança e de educação.

– O país está estarelecido, pois não está vendo o timoneiro. O presidente Lula tem, no Parlamento, homens dispostos a ajudá-lo. Esse é o momento de o Congresso parar e se perguntar qual é sua responsabilidade. Vamos ao cerne da questão – o desemprego – e teremos sugestões a dar – afirmou.

Alberto Silva disse que uma



"TIMONEIRO" Alberto Silva afirma que o presidente tem no Congresso homens dispostos a ajudá-lo

das soluções apontadas para o problema do desemprego é a ampliação do programa do Biodiesel, desde que este não repita o Próalcohol, "que acabou transformando lavradores em bóias-frias". Ele citou como exemplo a ser seguido um projeto no município de Parnaíba,

no Piauí, onde o Banco do Nordeste irá financiar o plantio de mamona e feijão.

Segundo informou, o banco irá disponibilizar R\$ 250 por mês aos lavradores, que poderão alimentar a família enquanto plantam, o que não vem acontecendo em ações financiadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Ele destacou que os agricultores se uniram em associação, com 1.500 participantes, e que ao final terão uma renda de R\$ 700 a R\$ 800 por mês.

O senador também abordou o problema da educação no Brasil. Ele disse que o governo deveria dar prioridade ao pré-escolar, pois a maioria das crianças entre 2 e 6 anos não têm escola e merenda escolar, o que prejudica seu desenvolvimento e seu aprendizado.

Projeto altera lei sobre quebra de sigilos por CPI

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador licenciado Antero Paes de Barros (PSDB-MT) alterando o artigo 4º da Lei Complementar 105 – que dispõe sobre o sigilo das informações sobre operações de instituições financeiras recebidas por comissões parlamentares de inquérito (CPIs). As mudanças pretendem evitar que volte a ocorrer o que aconteceu com a CPI que investigou irregularidades no Banestado: sem votar o relatório final, por divergências entre o relator, deputado José Mentor (PT-SP)

e o presidente, Antero de Barros, os documentos obtidos pela comissão não puderam ser utilizados em investigação posterior pelos órgãos competentes.

O PLS 167/05 determina que se encaminhem ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários, além do Ministério Público – órgãos competentes para fiscalizar as irregularidades no sistema financeiro –, os documentos sigilosos recebidos no Congresso, após o encerramento dos trabalhos da CPI que os tenha requerido, com relatório final aprovado ou não.



EXAME Proposta de Antero de Barros está em tramitação na Comissão de Justiça do Senado

Na justificativa, Antero diz que o PLS ajuda a solucionar uma questão “de alta complexidade jurídico-constitucional”: de um lado, a cooperação entre os órgãos públicos; de outro, a necessidade de se tratar excepcionalmente a ruptura de direito individual fundamental.



HISTÓRIA Partido tem experiência a oferecer como apoio à governabilidade, diz Ney Suassuna

Suassuna destaca posição adotada pelo PMDB

Em meio à crise que se abateu sobre o governo Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) esclareceu ontem em Plenário a posição de seu partido frente à gestão petista e às denúncias de corrupção a ela associadas. Sobre o governo Lula, disse que o PMDB tem a oferecer o peso da sua estrutura e experiência

para apoiar a governabilidade. Quanto às investigações, destacou a exigência de seu partido por transparência, punição dos envolvidos e redenção dos inocentes.

– Reafirmo que o PMDB, coerente com sua história de grandeza, só agirá institucionalmente – declarou.

Além de cobrar firmeza, celeridade e eficácia nas ações da CPI dos Correios, assim como nas ações da Polícia Federal e do Ministério Público, Suassuna propôs que a reorganização da base aliada se dê a partir dos valores éticos e republicanos que integram a concepção programática do PMDB. E advertiu que o mínimo que a sociedade poderia exigir dos líderes políticos seria lucidez e coragem para recolocar o debate político sobre os pontos essenciais da crise.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) considerou motivo de alegria a posição do PMDB.

Mão Santa: PMDB não pode arriscar sua história

Ao reafirmar que a convenção do PMDB decidiu por uma candidatura própria, o senador Mão Santa (PMDB-PI) condenou o fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva buscar o partido para dar sustentação ao governo. Mão Santa, que considera essa opção tardia, pediu que o PMDB “vá à luta” e não arrisque sua história para salvar um “barco que está afundando”.

Para o senador, o governo começou errado e dificilmente irá melhorar. Ele criticou o excesso de ministérios e destacou que todas as capas de revistas desta semana tratam da corrupção.



APOIO Decisão da convenção do partido por uma candidatura própria foi ressaltada por Mão Santa

– Tenho saudades da minha mocidade, quando as capas de revista tinham fotos da misse Marta Rocha – observou.

Mão Santa elogiou o colonista Zózimo Tavares, do jornal *Diário do Povo*, do Piauí, ao citar o deputado Fernando Gabeira, para quem Lula e a ditadura compartilham do mesmo desprezo pela democracia.

Mesquita Júnior: PT deveria pedir desculpas

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) fez um apelo para que a cúpula do Partido dos Trabalhadores peça desculpas ao povo brasileiro “pelos desvãos em que se meteu depois de chegar ao poder.” A direção do PT, afirmou, se apossou do partido e está imprimindo uma orientação ao governo

que não condiz com o sentimento da maioria dos seus militantes.

Para Mesquita Júnior, se o PT reconhecesse os erros, teria receptividade junto ao povo.

– Apesar de estarem tristes e aturdidos com as opções do governo, os brasileiros poderiam acolher esse pedido de desculpas e considerar a

possibilidade de retomar o trabalho e poderíamos sair dessa situação com algum ganho – disse.

Mas é justamente o oposto que o senador constata no comportamento do ex-ministro José Dirceu que, em seu discurso de despedida como chefe da Casa Civil afirmou que estava indo para a planície lutar

contra os que pretendem interromper o processo democrático.

Mesquita Júnior recomendou que, enquanto não for feita apuração rigorosa das denúncias sobre o “mensalão” e a corrupção nos Correios, não se aprovem na Câmara e no Senado matérias que tratem da estrutura do Estado.



STF examina mandados de segurança; proposta altera Regimento Interno

Decisão da Justiça sobre CPI dos Bingos pode sair amanhã

O Supremo Tribunal Federal (STF) recomeça amanhã o julgamento dos mandados de segurança impetrados por senadores com o objetivo de garantir o funcionamento da CPI dos Bingos, cujos trabalhos nunca chegaram a ser iniciados por falta de indicação de integrantes por partidos governistas.

Até o momento, o placar é de 4 votos a zero pela imediata instalação da comissão de inquérito. Votaram a favor dos mandados de segurança o relator, ministro Celso de Mello, e

os ministros Sepúlveda Pertence, Marco Aurélio Mello e Carlos Ayres Britto. A votação foi interrompida por um pedido de vista do ministro Eros Grau, que deverá apresentar seu voto amanhã. Caso também seja favorável, faltará apenas mais uma manifestação a favor dos mandados de segurança.

A CPI foi criada ano passado depois da divulgação, pela TV, de imagens em que Waldomiro Diniz, então assessor do ex-chefe da Casa Civil José Dirceu, cobrava propina de empresário de jogos eletrônicos.

Waldemir Rodrigues



JULGAMENTO Até o momento, o placar no Supremo Tribunal Federal é de 4 votos a zero pela instalação da comissão parlamentar de inquérito

Projeto torna obrigatórias indicações pelas lideranças

O episódio da CPI dos Bingos – criada, mas nunca instalada – poderá ser evitado no futuro, se aprovado o projeto de resolução do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa prazo para as indicações dos integrantes de comissões parlamentares de inquérito. A proposta aguarda exame da Comissão Diretora, depois de ter sido aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com a proposta

(PRS 37/99), os líderes disporão de cinco dias para realizar as indicações dos componentes de seu partido ou bloco em uma CPI. Caso algum líder não o faça, o presidente do Senado tomará a iniciativa. Com isso, Simon pretende equiparar o Regimento Interno do Senado ao Regimento Comum (do Congresso), que já determina a escolha pelo presidente quando não houver indicação por um ou mais partidos.

Tourinho conhece experiências de microcrédito nos Estados Unidos

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) esteve recentemente em Washington, EUA, em missão oficial da Casa, para tratar exclusivamente, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e ao Banco Mundial, de experiências bem-sucedidas em relação a programas

de microcrédito produtivo orientado. Ele não viajou em busca de financiamento para a construção de usinas termelétricas, conforme noticiado na edição semanal, publicada ontem, do **Jornal do Senado**. Também não esteve na pauta da viagem o assunto gasoduto Brasil-Bolívia.

Tião Viana pede rigor no combate à hanseníase

■ Senador observa que tratamento é simples e os instrumentos estão disponíveis, faltando apenas decisão política

Ao registrar que o Brasil é o país com o maior número de casos da hanseníase no mundo, o senador Tião Viana (PT-AC) fez apelo para que o Ministério da Saúde assuma o combate à doença como prioridade, instalando uma força-tarefa para sua eliminação. O parlamentar ressaltou que atualmente todos os instrumentos necessários para acabar com a doença estão disponíveis, faltando apenas a decisão política e a ação dos governos municipais, estaduais e federal de envolver a sociedade na luta.

– O tratamento é simples, obtendo-se a cura, em alguns casos, em seis meses. Essa doença órfã está esquecida. Precisamos nos livrar de uma enfermidade que só faz aumentar preconceitos e incômodos no dia-a-dia, sobretudo, das

famílias pobres – disse.

Tião Viana lembrou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu como meta a eliminação da hanseníase no Brasil em 2000, mas esse alvo foi redesenhado e a data de erradicação da doença ficou para 2005. No entanto, segundo o parlamentar, informações oficiais dão conta de que não será possível o cumprimento desse objetivo. A situação, disse o parlamentar, aflige os sanitistas, a Sociedade Brasileira de Dermatologia e os gestores de saúde pública.

Focos

Segundo informou Tião Viana, 12 milhões de pessoas com a doença já foram tratadas no Brasil e consideradas curadas. No entanto, 165 municípios brasileiros são focos da doença, espalhando-a de forma descontrolada. Para o senador, uma ação de diagnóstico e acompanhamento da população, seguida de plano de comunicação de massa bem definido, levaria a um controle da doença e à meta de eliminação, que é alcançar o índice

de menos de um caso em cada 10 mil habitantes. Tal objetivo, segundo o parlamentar, foi alcançado na região Sul, mas ainda há cerca de 10,7 casos por 10 mil habitantes na região Norte.

O Acre, salientou Tião Viana, foi um estado que conseguiu dar passos decisivos. Conforme o senador, na década de 70, havia 105 casos da doença para cada 10 mil pessoas, a maior prevalência do país, que durou 60 anos. Atualmente, informou, o índice é de menos de quatro pessoas para cada 10 mil habitantes, com chances de eliminação da doença no próximo ano.

O senador Marco Maciel (PFL-PE), em aparte, chamou a atenção para os preconceitos ainda fortes em relação à doença e para as ações de combate durante seu mandato como governador de Pernambuco. Mão Santa (PMDB-PI) também mencionou o avanço médico da década de 40 no tratamento da hanseníase, evitando as deformidades decorrentes da doença.

Pedro Simon protesta contra exclusão social

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) protestou ontem contra a crescente exclusão social no país. O parlamentar comentou os resultados do *Radar Social 2005*, trabalho recentemente divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), indicando que quase 54 milhões de brasileiros estão em situação de pobreza, sobrevivendo com renda *per capita* que não passa de meio salário mínimo mensal.

Quatro em cada dez brasileiros, prosseguiu o parlamentar, podem ser considerados em situação de miséria absoluta. O senador também destacou que a pesquisa aponta 15 milhões de analfabetos no país.

Para ilustrar seu discurso, Simon contou história que um amigo lhe narrou há algum tempo. Esse amigo contemplava uma loja de instrumentos musicais quando um menino maltrapilho se aproximou, para preocupação dos donos do estabelecimento. Esperto, o garoto, de um golpe, se apossou de um cavaquinho e, para sur-

presa dos presentes, retirou do mesmo, com maestria, os acordes de *Brasileirinho*, clássico de Waldyr Azevedo.

– O povo pode até servir como inspiração para nossas partituras, as nossas orações e os nossos discursos, mas ele está longe da nossa prática. Ele é chamado, apenas, para montar os nossos palcos, mas não participa nem da nossa orquestra, nem do nosso público – refletiu.

Simon frisou que, no Brasil, os “instrumentos” são tocados por poucos. De acordo com ele, 1,7 milhão de brasileiros abocanharam 13,3% da renda nacional, percentual semelhante ao dos 50% mais pobres, que somam 87 milhões de pessoas.

– Quem são, afinal, os maestros desta orquestra brasileira, hoje tão desafinada pela corrupção, pela má distribuição de renda, pelo desemprego, pela miséria e pela pobreza? Somos nós, que decidimos pela vida política, exatamente para melhor distribuir tais instrumentos, em nome da



Roosevelt Pinheiro

DISSONÂNCIA Simon: o povo até inspira discursos, mas está longe da prática dos “maestros” da política

sonoridade que rima cidadania com democracia e soberania – enfatizou.

Por fim, o senador lembrou que o Brasil buscou, “para reger sua grande orquestra”, um maestro que, quando menino, era também maltrapilho, um menino que saiu do Nordeste pendurado num pau-de-arara e veio para São Paulo à procura de novos instrumentos de trabalho e de vida. O menino, recordou Simon, foi eleito presidente da República.

– Há muitos meninos maltrapilhos e homens de mãos calejadas e sujas de terra que poderiam desenvolver seu engenho e a sua arte nesta grande orquestra chamada Brasil – concluiu ele.

Referendo sobre armas pode ser votado este mês

■ Para que a consulta popular seja realizada este ano, a Câmara precisa decidir sobre projeto ainda em junho

O projeto de decreto legislativo (PDS) de autoria do presidente do Senado, Renan Calheiros, que determina a realização de referendo em outubro próximo sobre a proibição de venda de armas de fogo já está pronto para ser votado pelo Plenário da Câmara.

Mas, como a pauta está bloqueada por medidas provisórias e projetos de lei com urgência constitucional, a decisão ainda este semestre sobre a consulta popular depende de acordo entre governo e oposição naquela Casa. Para que o referendo seja realizado este ano, a proposição terá que ser aprovada até o fim do mês.

Dois requerimentos de urgência para o PDS (950/03) – um do deputado Raul Jungmann (PPS-PE) e outro da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) – aguardam votação do Plenário da Câmara. Renan Calheiros lidera mobilização no Congresso Nacional em favor da aprovação imediata do projeto. Com esse objetivo, foi criada uma frente parlamentar pluripartidária.

Conforme declarações do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos



ESFORÇO Renan Calheiros lidera movimento em favor da aprovação do projeto de sua iniciativa

Mário Velloso, se a aprovação ocorrer até o fim de junho, a data mais provável para o referendo será o dia 23 de outubro deste ano. A data inicial para o referendo, prevista na proposta de Renan, era 2 de outubro.

Plebiscitos

Esta será a primeira vez que o povo brasileiro terá oportunidade de participar de um referendo. A pergunta contida no projeto de decreto legislativo é: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?"

No referendo, o povo decide se uma medida já aprovada pelo Legislativo deve continuar em vigor. Já o plebiscito é uma consulta prévia sobre um tema de relevância constitucional.

O país já realizou dois plebiscitos nacionais, ambos sobre o mesmo tema. O primeiro, em 6 de janeiro de 1963, consultava sobre a permanência do siste-

ma parlamentarista – solução política imposta em 2 de setembro de 1961 como condição à posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros. O povo votou pela não-manutenção do parlamentarismo (82%), ou seja, pela volta ao presidencialismo.

O segundo plebiscito, estabelecido pela Constituição de 1988 e realizado em 21 de abril de 1993 (estava previsto para 7 de setembro, mas terminou sendo antecipado), versava sobre a forma – monarquia ou república – e o sistema de governo – presidencialismo ou parlamentarismo. Os brasileiros decidiram que o Brasil deveria continuar a ser uma república presidencialista.

Coleta de armas

A campanha de recolhimento de armas feita pela Polícia Federal, com a participação de igrejas e organizações não-governamentais, termina nesta quinta-feira – um ano após seu lançamento –, tendo alcançado quase o dobro do resultado previsto. Os recursos iniciais para indenização das armas recolhidas eram de R\$ 30 milhões, mas, em janeiro, a campanha foi prorrogada e o orçamento, reforçado com mais R\$ 20 milhões. Até o dia 15 de junho, haviam sido recolhidas 337.456 armas em todo o país. Quem entrega a arma tem direito a indenização que varia entre R\$ 100 e R\$ 300, dependendo do calibre.



MANIFESTAÇÃO Paulo Octávio destaca ato que será realizado hoje em frente ao edifício do Congresso

frente ao edifício do Congresso Nacional, quando aquelas organizações pedirão a aprovação do projeto, que precisa ser votado até o fim deste mês para que o Tribunal Superior Eleitoral possa realizar o referendo em outubro.



APOIO Rodolpho Tourinho afirma que benefício contribuirá para reinserção social do ex-detento

Tourinho quer ajuda financeira a ex-presidiário

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentou projeto de lei que concede ao egresso do sistema prisional o benefício do seguro-desemprego. Conforme a proposição, o auxílio será pago ao ex-detento em três parcelas, no valor de um salário mínimo cada.

Tourinho argumenta que a concessão do seguro-desemprego ao ex-presidiário é uma medida justa e urgente, até porque o benefício representa uma complementação adequada para quem tem como objetivo principal a busca de um emprego e da sobrevivência digna na sociedade.

Na opinião do senador, o Estado e a sociedade devem

buscar soluções concretas para assistir a pessoa que cumpriu a pena de prisão e, assim, viabilizar sua reinserção social, ajudando-a principalmente na obtenção de um trabalho digno.

– A assistência ao egresso é de suma importância, eis que, após sua liberação do estabelecimento penal, o preso retornará ao convívio social, depois de ter sofrido todas as consequências negativas do cárcere – ressaltou ele.

Rodolpho Tourinho também lembrou que, para o ex-presidiário, o trabalho é o apoio mais necessário e desejado, pois, devido à sua condição social, ele encontra grandes dificuldades no acesso a uma profissão.

O senador baiano observou que a Lei de Execução Penal já disciplina a assistência ao ex-detento pelo prazo de um ano, a contar da sua saída do presídio, e ao liberado condicional, durante o período de prova, mas afirmou que essa legislação não prevê instrumentos para sua aplicação.

O mesmo projeto assegura ao ex-presidiário qualificação profissional e recolocação no mercado de trabalho, a serem proporcionadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego por meio do Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Valmir Amaral propõe cadastro de segurados

Valmir Amaral (PP-DF) apresentou projeto de lei que institui um cadastro unificado atualizado de segurados e beneficiários de seguros de vida. A proposta visa facilitar o acesso, aos parentes de segurados falecidos, a informações sobre eventuais apólices de seguro de vida contratadas.

– Muitas vezes, os parentes da pessoa falecida desconhecem se esta contratou ou não um seguro de vida. Para obter essa informação, devem se dedicar à árdua tarefa de procurar nos arquivos da pessoa falecida ou então pesquisar nas principais empresas do mercado – argumenta o senador.

Ele lembra ainda que, "em alguns casos de sinistro de morte, as empresas não pagam a cobertura simplesmente porque os beneficiários não têm conhecimento da aquisição de



DIREITO Valmir Amaral quer facilitar o acesso de parentes a apólices deixadas por segurados falecidos

apólice pelo segurado morto".

A proposta contém dispositivo que condiciona a inserção dos dados do segurado no banco de dados unificado à sua anuência. O objetivo de tal medida é, de acordo com o senador, atender ao direito individual, previsto na Constituição (artigo 5º, inciso X), de inviolabilidade da intimidade e da vida privada das pessoas.

O projeto de Valmir Amaral foi encaminhado às comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta a decisão terminativa.

Paulo Octávio defende a aprovação da proposta

Ao apoiar a campanha pelo desarmamento da sociedade, levada a cabo pelo governo federal e incentivada por entidades da sociedade civil, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) pediu ontem, da tribuna, que a Câmara dos Deputados vote o projeto de decreto legislativo que regulamenta o referendo sobre a proibição da venda de armas de fogo no país.

– A proibição do comércio de armas deve e precisa ser aprovada – defendeu o senador, citando estatísticas do Núcleo de Estudos sobre a Violência

da Universidade de São Paulo (USP) e do Ministério da Saúde, segundo as quais, entre 1991 e 2002, 265 mil pessoas morreram vítimas de armas de fogo.

Paulo Octávio enalteceu os trabalhos de organizações não-governamentais como o Comitê Nacional de Vítimas da Violência (Convive) e o Centro Brasileiro de Cidadania, que buscam conscientizar a população sobre o perigo das armas de fogo.

Ele convidou os senadores a participarem de uma manifestação que ocorrerá hoje, em